

MANDADO DE PENHORA, AVALIAÇÃO E INTIMAÇÃO

Oficial de Justiça: ZONA XXX

Diligência: ID. JUSTIÇA GRATUITA

EXPEDIDO POR DETERMINAÇÃO DO MM.(A) JUIZ(A) DE DIREITO EVANDRO JUAREZ RODRIGUES

PROCESSO n. 1004277-65.2016.8.11.0045	Valor da causa: R\$ 6.580,14
ESPÉCIE: [ISS/ Imposto sobre Serviços, Municipais]->EXECUÇÃO FISCAL (1116)	
POLO ATIVO: Nome: MUNICIPIO DE LUCAS DO RIO VERDE Endereço: Avenida Para, 720, Alvorada, LUCAS DO RIO VERDE - MT - CEP: 78000-000	
POLO PASSIVO: Nome: F K METALURGICA E INDUSTRIA DE ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA - ME	

FINALIDADE: **1. PROCEDA-SE à PENHORA e AVALIAÇÃO**, observando-se eventual indicação de bem(ns) feita pela parte credora e deferida pelo Juízo ou, na falta dessa e respectivo deferimento, a gradação legal (art. 523, §1º, c/c o art. 835, do CPC), de tantos bens, quantos bastem para a satisfação do crédito exequendo (art. 837, do CPC), onde quer que se encontrem, ainda que sob a posse, detenção ou guarda de terceiros (art. 837, do CPC). **2. Do Auto de PENHORA e AVALIAÇÃO será(ão) intimado(s) o(s) executado(s)**, em regra, na pessoa de seu advogado, mediante publicação no órgão oficial (art. 272), de modo que nas Comarcas não abrangidas por tal meio, a intimação do patrono dar-se-á, pessoalmente ou por via postal (art. 273, do CPC), observando-se que, na hipótese de inexistir procurador (advogado) constituído nos autos pelo(s) executado(s), ESTE(S) DEVERÁ(ÃO) SER INTIMADO(S) PESSOALMENTE, para, querendo, oferecer IMPUGNAÇÃO, no prazo de 15 (quinze) dias. **3.** Na hipótese de penhora de imóvel(eis), em regra, o depósito recairá na pessoa do(s) Executado(s), que poderá(ão) recusar expressamente o encargo se não tiver condições práticas de zelar pela guarda e conservação do bem. Ademais, o oficial de justiça deverá observar as disposições contidas nos artigos 833, 840 e 846, todos do CPC.

BENS INDICADOS À PENHORA:

MATRÍCULA 5.013	FOLHA 01	CARTÓRIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS Lucas do Rio Verde - MT <i>Maria Carolina Magalhães</i> OFICIALA TITULAR
Lucas do Rio Verde/MT, 22 de dezembro de 2.005.		LIVRO Nº 2 - REGISTRO GERAL
DENOMINAÇÃO/LOCALIZAÇÃO: LOTE 08 – QUADRA 13 – RUA PI-2 – DISTRITO INDUSTRIAL II – LUCAS DO RIO VERDE-MT. IMÓVEL: Lote urbano nº. 08 da quadra 13, situado no Loteamento DISTRITO INDUSTRIAL II, neste Município e Comarca de Lucas do Rio Verde, Estado de Mato Grosso, com área de 1.000,00 m² (UM MIL METROS QUADRADOS) e as seguintes medidas e confrontações: FRENTE: para a Rua PI-2, medindo 20,00 metros; FUNDOS: para o lote nº. 22, medindo 20,00 metros; LADO DIREITO: para o lote nº. 09, medindo 50,00 metros; LADO ESQUERDO: para o lote nº. 07, medindo 50,00 metros. ----- PROPRIETÁRIO: MUNICIPIO DE LUCAS DO RIO VERDE, com sede na Av. Para nº. 720, inscrito no CNPJ(MF) sob nº. 24.772.246/0001-40. ----- REGISTRO ANTERIOR: Matrícula 14629 de 20/06/2001 do RGI de Sorriso/MT. Matrícula aberta conforme requerimento 3.495/2005, que fica arquivado neste Ofício. Oficiala Titular, <i>M. Magalhães</i> (Maria Carolina Magalhães). Emolumentos: R\$ 31,10. -----		

DESPACHO/DECISÃO: 3 – Defere-se mandado de penhora do imóvel (id 158540197), expeça-se mandado de penhora, avaliação e intimação;

ADVERTÊNCIAS À PARTE: 1. A impugnação deverá limitar-se às matérias enumeradas no art. 525, do CPC; 2. Quando o executado alegar que o exequente, em excesso de execução, pleiteia quantia superior à resultante da sentença, cumprir-lhe-á declarar de imediato o valor que entende correto, sob pena de rejeição liminar dessa impugnação; 3. A impugnação, em regra, não terá efeito suspensivo, podendo o juiz atribuir-lhe tal efeito desde que relevantes seus fundamentos e o prosseguimento da execução seja



manifestamente suscetível de causar ao executado grave dano de difícil ou incerta reparação; 4. Ainda que atribuído efeito suspensivo à impugnação, é lícito ao exequente requerer o prosseguimento da execução, oferecendo e prestando caução suficiente e idônea, arbitrada pelo juiz e prestada nos próprios autos.

ADVERTÊNCIAS AO OFICIAL DE JUSTIÇA: 1. Nos termos do art. 212, §2º, do CPC/2015, as citações e intimações, independentemente de autorização judicial, poderão realizar-se no período de férias forenses, nos feriados ou dias úteis fora do horário de 6h às 20h, observado o disposto no artigo 5º, inciso XI, da Constituição Federal. 2. Nos termos do art. 372 da CNGC inexistindo prazo expressamente determinado, os mandados deverão estar cumpridos no prazo máximo de (10) dez dias.

LUCAS DO RIO VERDE, 1 de outubro de 2024.

(Assinado Digitalmente)

Amanda Frá

Estagiária

Autorizado(a) pela Consolidação das Normas Gerais da Corregedoria-Geral da Justiça

OBSERVAÇÕES: O processo está integralmente disponibilizado pelo Sistema PJe - Processo Judicial Eletrônico, no endereço <https://pjeinstitucional.tjmt.jus.br>, nos **TERMOS DO ARTIGO 9.º DA LEI 11.419/2006**.

INSTRUÇÕES DE ACESSO: Para acessar as peças e atos judiciais vinculados a este documento, acesse o endereço: <https://m.tjmt.jus.br/home>, pelo seu navegador de internet.

No celular: com o aplicativo aberto, acesse o serviço “Leia aqui seu código” e dê permissão para o aplicativo acessar a câmera do seu celular. Com a câmera habilitada, aponte para o QR CODE.

No computador: com o portal aberto, acesse o serviço “Leia aqui seu código”, clique na lupa localizada na parte superior direita e digite o “Código” localizado abaixo do QR CODE.

Caso V. S.^a não consiga consultar os documentos via internet, deverá comparecer à Unidade Judiciária (endereço acima indicado) para ter acesso, bem como proceder o seu cadastramento ao sistema.

ADVOGADO: 1) O advogado deverá proceder à habilitação em cada processo que pretenda atuar, exclusivamente através da funcionalidade “Solicitar Habilitação”, sob pena de não conhecimento dos atos praticados. (Art. 21 da Resolução nº 03/2018-TP). **2)** Quando da resposta a este expediente, deve ser selecionada o ícone de resposta a que ela se refere, localizada na aba “Expedientes” no “Painel do Representante Processual”, sob pena de o sistema não vincular a petição de resposta à intimação, com o consequente lançamento de decurso de prazo. Para maiores informações, favor consultar o Manual do PJe para Advogados em <https://pjeinstitucional.tjmt.jus.br/#!/suporte>.

